



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639182 - SP (2021/0005396-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DANILO AURELIO ORTIZ GERAGE E OUTRO
ADVOGADOS : DOMINGOS GERAGE - SP098209
DANILO AURELIO ORTIZ GERAGE - SP395638
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLAUDINO BEZERRA DE ANDRADE NETO
CORRÉU : MARLI DE FÁTIMA ALMEIDA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDINO BEZERRA DE ANDRADE NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2229787-61.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão no regime semiaberto, pela prática do delito tipificado no art. 272 do Código Penal.

O impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o juiz de primeiro grau deixou de realizar a detração do período de 17 meses e 15 dias de segregação cautelar já cumpridos pelo paciente.

Assevera que, uma vez realizada a detração prevista no art. 387, § 2º, do Código Penal, o paciente fará jus ao regime mais brando.

Requer, liminarmente e no mérito, o deferimento imediato da progressão de regime ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE.

AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente